

Governo prepara "agenda positiva" na economia para conter a crise

Cristiano Romero
e Taciana Collet
De Brasília

O governo vai reagir à crise política, anunciando medidas na área econômica. A decisão foi tomada ontem pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante reunião com os ministros da coordenação política. A idéia de adotar uma "agenda positiva" para enfrentar a crise vinha sendo sugerida por vários ministros. "O presidente orientou para que fossem agilizadas medidas para o crescimento da economia do país", informou no início da noite o porta-voz do Palácio do Planalto, André Singer.

Lula deu várias orientações aos ministros. Uma delas é que a proposta do novo marco regulatório da área de saneamento seja concluída até março. O setor é forte gerador de empregos e o governo conta com os investimentos nessa área para começar a reduzir as taxas recordes de desemprego.

O porta-voz informou também que, no próximo dia 11, o ministro do Desenvolvimento, Luiz Fernando Furlan, vai se reunir com os integrantes do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, para pedir sugestões sobre a política industrial. A nova política será anunciada até o fim de março.

Por intermédio do porta-voz, Lula disse estar otimista quanto à aprovação da Lei de Falências e da proposta de emenda constitucional que permite a expropriação de propriedades onde forem encontrados trabalhadores escravos. O presidente ordenou aos ministros para que também seja acelerada a elaboração do projeto de lei que trata da inovação tecnológica. Lula quer agilidade também nos estudos sobre a reforma sindical.

A decisão de Lula de promover uma "agenda positiva" é uma resposta a críticas, muitas delas internas, de que o governo está paralizado diante da crise provocada pelo caso de corrupção envolvendo Waldomiro Diniz, o ex-subchefe da Assessoria Parlamentar da Casa Civil. "A idéia é tentar salvar o Zé Dirceu", comentou um assessor após a reunião no Planalto.

Na semana passada, a primeira desde que a crise eclodiu, a avaliação era a de que as festividades do Carnaval esfriariam a crise política. Por isso, caiu como uma bomba no Palácio do Planalto a decisão do presidente do PT, José Genoino, de promover um ato de desagravo ao ministro da Casa Civil, José Dirceu.

"Essa não foi uma das idéias mais felizes", ironizou ontem um importante assessor do governo. Para alguns, a proposta de desagravo deu fôlego ao noticiário da crise. "Isso não foi discutido antes com o Planalto", lamentou um outro auxiliar de Lula. No núcleo do poder em Brasília, não houve uma só voz em defesa do ato de desagravo (leia matéria na página A11).

Mesmo na cúpula do governo, havia insatisfações quanto ao comportamento do governo no enfrentamento da crise. Alguns acreditam que a máquina administrativa está paralisada, "à espera da próxima denúncia", como disse ontem um assessor. Outros acham que essa paralisação tende a enfraquecer Dirceu.

Durante o feriado, que durou quatro dias, não houve uma reunião sequer para tratar da crise. Nesses dias, o presidente Lula submergiu, assim como os principais ministros. "Até o delegado da Polícia Federal que está cuidando do caso foi pular Carnaval em Salvador", contou um funcionário do governo.

A impressão é que o governo aguarda, com ansiedade, o depoimento que Waldomiro Diniz deverá dar, no próximo dia 3, à PF. "A verdade é que o governo está completamente perdido, parado, acuado, em estado catatônico diante da crise", diz um assessor.

Na próxima semana, o Congresso voltará a funcionar normalmente. O perigo para o governo é que, em momentos de crise, principalmente, quando há casos de



Dirceu, Lula e Palocci: conclusão do marco regulatório para o saneamento é uma das medidas a serem anunciadas

corrupção sendo apurados, o Congresso atua como uma "caixa de ressonância". "Ou o governo assume e toma a iniciativa ou o Zé Dirceu está morto", observa um assessor com trânsito em Brasília. "O governo está autista."

Ministros da ala mais próxima ao presidente vêm defendendo a idéia de o governo concentrar suas atenções na chamada "agenda positiva". Esta seria a única maneira de enfrentar a crise sem ficar na defensiva. Figuram nessa agenda medidas que já vinham sendo preparadas em várias áreas e que seriam anunciadas em breve.

Além das medidas mencionadas ontem pelo porta-voz, o governo deve anunciar a reformulação do crédito imobiliário e da estru-

tura de defesa da concorrência. "Nada está sendo anunciado por causa da crise", assegurou um funcionário graduado do governo.

Participaram da reunião ontem no Planalto, além do presidente Lula, os ministros José Dirceu, Antonio Palocci (Fazenda), Luiz Dulci (Secretaria-Geral da presidência), Aldo Rebelo (Coordenação Política) e Jacques Wagner (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social). O outro integrante do núcleo político — o ministro Luiz Gushiken, da Secretaria de Comunicação do Governo e Gestão Estratégica — não participou do encontro porque estava em Israel, em viagem a passeio.

De positivo ontem, o governo conseguiu cassar, no início da noi-

te, pela primeira vez, uma das liminares concedidas contra a Medida Provisória nº 168, que proibiu o funcionamento dos bingos no Brasil.

O desembargador Valdemar Capeletti, do Tribunal Regional Federal (TRF) da 4ª Região, com sede em Porto Alegre, derrubou a liminar que liberava o funcionamento para duas empresas que exerciam a atividade em Santa Catarina.

A Advocacia-Geral da União (AGU) espera para hoje o resultado de mais um recurso contra outra liminar dada em Santa Catarina. O advogado-geral da União, Alvaro Augusto Costa, deverá definir a estratégia contra a proliferação de liminares junto com o ministro da Justiça, Márcio Thomaz Bastos, nos próximos dias. (Colaborou Julian Basile)